

Espaço aberto

Idealismo ou clientelismo?

**LUIS EULALIO DE BUENO
VIDIGAL FILHO**

A cultura capitalista no Brasil padece, infelizmente, de uma fraqueza crônica alimentada pela visão caolha de muitos dirigentes empresariais. Os últimos episódios burlescos ocorridos no palco da Assembléia Nacional Constituinte, quando grupos de empresários rurais, comandados pelo presidente da UDR, dr. Ronaldo Caiado, quase chegaram à agressão física, com a instalação de um corredor polonês, expõem a imensa fragilidade dos conceitos liberais que povoam as cabeças de algumas lideranças nacionais.

Ocorre que o perdão das dívidas dos microempresários, sem mais nem menos, significa a defesa do condenável conceito da exacerbação protecionista do Estado ao mercado, fato que vem corroborar a idéia do Estado-empresário, a quem os capitalistas devem recorrer para usufruir benesses, toda vez que se defrontam com dificuldades. Esse é o problema do nosso modelo capitalista: condenamos a excessiva intervenção do Estado na economia, mas procuramos suas prebendas, na forma de instrumentos que possam beneficiar os negócios. Tal capitalismo vesgo é, certamente, uma das causas da desorganização das finanças estatais.

Todos sabemos as dificuldades por que passaram e passam os pequenos e médios empresários, por conta das dívidas contraídas a partir do segundo semestre de 1986. Acontece que as dificuldades ocasionadas pelo Plano Cruzado ameaçam outros empresários e os grandes empreendimentos. Em muitos setores econômi-

cos, percebe-se importante redução das atividades, com ameaça de paralisação e obsolescência. A indústria de bens de capital por encomenda, por exemplo, responsável pelos equipamentos para as refinarias, para o sistema de transporte ferroviário, para os sistemas energéticos, está simplesmente condenada a entrar em colapso. E, no caso, a questão não é a de ter suas dívidas perdoadas; ao contrário, a questão é receber os créditos devidos pelo governo. Só em janeiro deste ano, o governo devia ao setor cerca de 250 milhões de dólares (47,5 bilhões de cruzados).

O programa econômico, portanto, não pode ser tratado como apêndice de interesses políticos imediatistas, mas de acordo com uma estratégia global que contemple o ataque às causas estruturais da desorganização econômica, como o déficit público, a exagerada regulamentação do mercado e o elevado nível de proteção do Estado a determinados produtos e setores nacionais. Nesse sentido, o apoio ao esforço da dupla Mafíson-Abreu é uma medida de bom senso que deve ser empreendida pelo empresariado nacional.

Não há como acreditar no idealismo de figuras públicas que usam de subterfúgios para esconder interesses eleitoreiros imediatistas. Em determinado momento, posam de avançados líderes do capitalismo nacional, desfraldando bandeiras da economia de mercado e abrindo baterias contra o Estado opressor. Mais adiante, esse discurso inebriante sucumbe diante do caldo fisiológico-clientelista e é substituído pela tradicional vocação de atrelamento paternalista ao Estado. Esquece-

se que, numa economia de mercado, como a nossa, sujeita à ciclômia de políticas econômicas, os riscos são sempre enormes e enquadram-se perfeitamente nas regras da livre iniciativa.

O mais trágico de tudo isso é a constatação da dupla face que muitos constituintes estão carregando. Na intimidade, usando a lógica, combatem o perdão das dívidas, os juros tabelados a 12%, a licença-paternidade, a greve imotivada. Para a platéia, fecham com essas propostas, violentando-se conceitualmente e, mais que isso, custurando uma tela de devaneios e absurdos que só provocam mal ao sistema político. É risível ver que até banqueiros transvestem-se em "progressistas", numa postura demagógica, voltada exclusivamente para os eleitores.

O empresariado brasileiro não pode aceitar situações tão esdrúxulas, sob pena de contribuir para o mascaramento da realidade nacional. A hora convida todos para uma reflexão profunda acerca das responsabilidades que os segmentos produtivos devem ter e os compromissos que devem assumir para o equilíbrio da economia do País. A coerência na defesa de princípios pode ser o ponto de partida para o enfrentamento dos nossos problemas. E coerência na defesa dos parâmetros básicos da economia capitalista é o mínimo que se exige de um empresário. Seja ele empresário rural ou urbano, com lideranças firmadas ao sabor das circunstâncias ou com efetivo trabalho realizado dentro de sua categoria.

Luis Eulálio de Bueno de Vidigal Filho é 1º vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria e vice-presidente da Cobrasma.